



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

DOI 10.17564/2316-3828.2015v4n1p9-20

ASPECTOS HISTÓRICOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PRIMEIROS JARDINS DE INFÂNCIA NO ESTADO DO PARANÁ

Jaqueline Delgado Paschoal¹

Maria Cristina Gomes Machado²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conhecer, registrar e analisar a criação e organização do trabalho pedagógico dos primeiros Jardins de Infância paranaenses. A metodologia utilizada pautou-se no Método Histórico, pois por meio desse foi possível compreender os aspectos sociais, econômicos e políticos que atravessava o Brasil e o Estado do Paraná naquele momento histórico. Os resultados da pesquisa apontam que embora esse estado seja pioneiro na criação do primeiro Jardim de Infância, não oficial, do Brasil Império no ano de 1862; somente na República duas novas instituições foram criadas pelo poder público; uma no ano de 1906, intitulada “Maria de Miranda”, que adotou os princípios froebelianos que priorizava

as brincadeiras no desenvolvimento do trabalho, e a outra em 1911, chamada “Emília Ericksen”, que buscou como referencial a metodologia de Maria Montessori, que propunha uma organização curricular de acordo com o desenvolvimento infantil. Apesar de divergentes, ambas configuraram-se como ambientes de aprendizagens e valorizaram a originalidade do seu pensamento infantil.

PALAVRAS-CHAVE

História. Jardins de Infância. Trabalho Pedagógico.

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate, record and analyze the creation and organization of the educational work of the first kindergartens Paraná. The methodology used was based on the method history because through this it was possible to understand the social, economic and political issues that crossed the Brazil and the State of Paraná that historical moment. The survey results indicate that although this state is a pioneer in the creation of the first kindergarten, unofficial, Brazil's Empire in 1862; Republic only in two new institutions were created by the government; one in 1906, entitled "Maria de Miranda," which adopted the principles froebelianos which prioritized

the development of the banter at work, and the other in 1911, called "Emily Ericksen," which sought to benchmark the methodology of Maria Montessori proposing a curricular organization according to child development. Although divergent, both were configured as a learning environments and appreciated the originality of your child's thinking.

KEYWORDS

History. Kindergartens. Pedagogical Work.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue investigar, registrar y analizar la creación y organización de la labor educativa de los primeros jardines de infantes Paraná. La metodología utilizada se basó en la historia a través de este método, ya que era posible comprender las cuestiones sociales, económicas y políticas que atravesaban el Brasil y el Estado de Paraná de ese momento histórico. Los resultados de la encuesta indican que, aunque este estado es un pionero en la creación del primer jardín de infantes, no oficial, el Imperio de Brasil en 1862; República sólo en dos nuevas instituciones fueron creadas por el gobierno; uno en 1906, titulado "María de Miranda", que

adoptó los principios froebelianos que priorizan el desarrollo de las bromas en el trabajo, y la otra en 1911, llamado "Emily Ericksen," que trató de referencia la metodología de María Montessori proponer una organización curricular de acuerdo con el desarrollo del niño. Aunque divergentes, ambos se configura como un ambiente de aprendizaje y apreciar la originalidad del pensamiento de su hijo.

PALABRAS CLAVE

Historia. Jardines de Infantes. El trabajo Pedagógico.

1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Este estudo é resultado da pesquisa de doutorado realizado na Universidade Estadual de Maringá no ano de 2011, cujo título versou sobre os “Aspectos históricos do trabalho pedagógico dos primeiros jardins de infância no estado do Paraná” e teve como objetivo principal conhecer, registrar e analisar a criação, implementação e a metodologia de trabalho dos primeiros Jardins de Infância no estado do Paraná, tomando como ponto de partida o processo histórico e as leis que regulamentaram essas instituições no início da República no Brasil.

Justifica-se a intenção deste trabalho, pois do ponto de vista histórico existe uma lacuna considerável sobre as origens dessas instituições, sobretudo no que tange à organização do trabalho pedagógico. Outro fator que justifica a pertinência da temática se refere à própria cristalização da historiografia, quando se considera que o histórico de uma determinada instituição, escrito por um de seus membros, já permitiria entender o que ali aconteceu, ou que a existência de estudos sobre determinado período torna desnecessária uma nova pesquisa (KUHLMANN, JR. 1998). A história, embora trate do passado, do que já aconteceu, é dinâmica e exige a ampla pesquisa e a crítica das fontes que renovam interpretações e demandam procedimentos próprios de investigações e análise.

Desse modo, como problema de pesquisa, questionou-se: “como surgiram e foram organizados os primeiros Jardins de Infância paranaenses no que diz respeito ao trabalho pedagógico junto à criança pequena, naquele momento histórico? Optou-se por realizar o estudo, tomando por base o Método Histórico, haja vista que para se conhecer a história das primeiras instituições de atendimento à criança é necessário compreender os aspectos sociais, econômicos e políticos do Estado do Paraná no início da República no Brasil em suas relações com o movimento internacional de difusão de diferentes níveis de escolarização.

Os locais pesquisados aconteceram na cidade de Curitiba em diferentes locais, tais como a Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná e Casa da Memória, cujos documentos pesquisados foram: Mensagens e Correspondências do Governo, Coleção de Leis, Decretos, Atos e Regulamentos, Relatórios de Instrução Pública, Atas, Registros e Diário Oficial. Como recorte temporal, optou-se pelo ano de 1906, período em que foi criado o primeiro Jardim de Infância paranaense e se estende até 1911, período de aprovação da segunda instituição neste estado.

Para uma melhor organização, o artigo está dividido em duas partes, sendo na primeira a criação e organização do primeiro Jardim de infância paranaense que optou pela metodologia froebeliana de trabalho e, na sequência a história da segunda instituição que diferentemente do primeiro, teve como referência a Pedagogia montessoriana para o desenvolvimento do trabalho junto à criança pequena.

2 O PRIMEIRO JARDIM DE INFÂNCIA PARANAENSE: O INÍCIO DA HISTÓRIA

O desejo de implantar uma escola moderna com várias salas e com vários professores era defendido pelos republicanos em todo o Brasil, já que o discurso do poder público não estava somente voltado para as escolas particulares, mas também, para a implantação da educação popular. Desta maneira, Souza (2006) ressalta que:

Nesse esboço impetuoso de iniciativa particular, os republicanos fizeram da educação um meio de propaganda dos ideais liberais e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira. A criação das escolas graduadas com várias salas de aula e professores encontrava-se pressuposta nos projetos de reforma da instrução pública desde o início da República no Estado de São Paulo. (SOUZA, 2006, p. 63).

No estado do Paraná, o poder público almejava melhorar as escolas que eram bastante precárias, pois já nas primeiras décadas da República, houve uma preocupação do governo em proporcionar à população, escolas de mais qualidade, no entanto, o índice de estabelecimentos que fechavam por falta de alunos e de professores chegava a 20%, já no início do ano de 1900, e a mais de 40%, em 1902, segundo estudos de Souza (2006).

No período de 1904 a 1907, na gestão de Vicente Machado da Silva e Lima, muitas inovações aconteceram no sentido de aprimorar o ensino paranaense, pois foi possível a reorganização da Escola Normal, em 1904, seguida pela criação dos primeiros grupos escolares, em 1905, e, na sequência, pela inauguração do primeiro Jardim de Infância público do estado, mais, precisamente no ano de 1906.

Com uma proposta considerada inovadora, esse primeiro estabelecimento de educação da criança adotou a metodologia froebeliana, haja vista que, em vários países, essa perspectiva de trabalho, já havia sido incorporada nos espaços educativos. Na realidade, a intenção de organizar os primeiros Jardins de Infância no início do século XX, no Paraná, foi resultado do conhecimento e da observação de experiências educacionais consideradas bem sucedidas e postas em execução em diferentes partes do Brasil e no exterior, como ressalta Souza (2004, p. 24):

Entende-se que a construção dos jardins de infância, no estado do Paraná, ancorava-se na hipótese de constituição desta modalidade escolar como componente de um projeto ampliado de organização do ensino marcado por exemplos internacionais e nacionais de reformas pedagógicas. Viagens de estudo, exposições internacionais, livros e revistas, visitas de técnicos, conferências, congressos, uma diversidade de idéias, propostas e materiais sobre Instrução Pública em circulação, em exposição e observadas de perto em São Paulo, em outros estados da Federação, em países europeus e nos Estados Unidos.

Desta maneira, o Jardim de Infância, intitulado “Escola Jardim de Infância”, anexo ao Ginásio Paranaense,

foi inaugurado no dia 2 de fevereiro de 1906, na cidade de Curitiba com sessenta crianças matriculadas e sob a direção da professora Maria de Miranda. Essa primeira instituição foi recebida pela sociedade em geral e pela imprensa com bastante receptividade, conforme publicação do Jornal da Tarde (1906) ao destacar que “[...] uma festa altamente simpática, teve ontem a sociedade curitibana o gáudio de assistir: a inauguração do ‘Jardim da Infância’, que, sem dúvida é um relevantíssimo serviço que a atual administração presta à cultura do nosso Estado” (PARANÁ, 1906).

Do ponto de vista pedagógico o trabalho desenvolvido tomou por base os princípios da proposta de Froebel, sobretudo no que tange às brincadeiras e materiais diversificados que auxiliavam na aprendizagem das crianças. Desta maneira a organização do espaço, aliado às inúmeras formas de utilização dos jogos promoviam o desenvolvimento de um ambiente rico em estimulações e possibilitavam tanto as ações orientadas pela professora como as atividades livre por parte das crianças, pois de acordo com Froebel (2001, p. 206):

Os jogos nessa idade, ocupações espontâneas da criança, mostram uma tripla diferença: ou são imitações da vida e de seus fenômenos, ou são emprego do ensinado, da escola, ou são livres imagens e manifestações do espírito, de toda a espécie e em matéria de toda classe, segundo as leis contidas nos objetos e matérias do jogo investigando aquelas, seguindo-as e submetendo-as às mesmas, segundo as contidas no homem mesmo, em seu pensamento e sentimento.

As atividades livres eram valorizadas no cotidiano, haja vista que enriqueciam as experiências por meio da exploração do ambiente e interação entre as crianças, promovendo diferentes saberes e ao mesmo tempo a socialização infantil. O poder público reconheceu a relevância da proposta froebeliana como opção metodológica dessa primeira instituição ao enfatizar que “[...] educa-se por meio de brinquedos ou dons apropriados, cuja coleção bem combinada indica o esforço em prol da educação infantil” (PARANÁ, 1908, p. 64).

No Relatório do Dr. Laurentino de Azambuja, Delegado Fiscal as 1ª Circunscrição Escolar, apresentado ao Sr. Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, é apresentado o valor educativo das atividades lúdicas na organização do trabalho pedagógico, visto que “[...] o Jardim dessa capital é um bom centro educativo, modelado pelo método de Froebel” (PARANÁ, 1908, p. 65). Ainda nesse documento é esclarecido que:

Nesse estabelecimento de ensino é todo intuitivo; exercita-se a criança no emprego metódico dos órgãos dos sentidos, no conhecimento dos objetos, sua utilidade, nome, forma, cor; além de procurar corrigir certos defeitos peculiares à idade infantil, como a gagueira, o tatibitatismo e outros, assim como proporciona-se por meios de exercícios de ginástica racional a educação física, indispensável ao desenvolvimento dos órgãos e aparelhos em incipiente formação. (PARANÁ, 1908, p. 66).

As atividades previam a ginástica de movimento dos músculos, troncos, cabeça e pescoço; as marchas e os cânticos aprendidos exclusivamente por audição; os exercícios sobre os órgãos dos sentidos; e trabalhos manuais variados, também, faziam parte do planejamento, pois “[...] com o progressivo desenvolvimento dos sentidos, também se desenvolve o uso dos membros, o exercício do corpo, de acordo com a natureza física do homem e com as propriedades gerais do mundo material” (FROEBEL, 2001, p. 44). É interessante destacar que outras atividades, como passeios de campo eram possibilitados às crianças, para que pudessem vivenciar atividades fora dos muros da instituição.

O método utilizado para o desenvolvimento dos conteúdos foi o intuitivo, que tomava como ponto de partida a educação dos sentidos da criança, priorizando o canto, a recitação e o desenho entre outros. Em matéria jornalística foi destacado o pioneirismo de tal método no estado:

A primeira no nosso Estado e uma das primeiras no nosso Brasil a colocarem em prática esse ensino verdadeiramente prático, intuitivo e útil para as crianças, que sem preocuparem o espírito em métodos mais ou

menos complicados dos ensinamentos primários antigos, se preparam brincando, pilherando para os mais profundos estudos interiores, que já encontram com largos subsídios, bem apreendidos nos jogos e brinquedos do curso infantil. (PARANÁ, 1909).

De acordo com Souza (2004) a opção da metodologia froebeliana na organização do trabalho dessa instituição, aconteceu em função da circulação e propagação das ideias pedagógicas ancoradas em princípios de modernização, renovação pedagógica e modelos educativos já implementados em outros países, considerando que,

[...] tanto para a escola primária como para a educação infantil, era patente a presença da adoção do método intuitivo, e o programa para a escola infantil voltava para a lição das coisas, canto, recitação, desenho, entre outros conteúdos, fruto da repercussão internacional que passou também pelo Brasil. (SOUZA, 2004, p. 171).

Isso impulsionou uma significativa procura por parte das famílias por matrículas, no entanto, as vagas não eram suficientes para atender toda a população.

O Jardim de Infância desta capital é bom centro educativo, modelado pelos métodos de Froebel; a sua ação limita-se a 60 crianças, mas tal é a procura de lugares que, no dia do encerramento dos trabalhos do corrente ano, informou-nos a diretora, já se achar completa a matrícula para o ano vindouro. (PARANÁ, 1908, p. 66).

Na realidade, não só a ampliação de vagas se tornou necessária, uma vez que essa instituição não conseguia atender a grande demanda existente. Como o poder público, a imprensa e a sociedade em geral preocupavam-se com a crescente demanda por instituições que atendessem as crianças pequenas, tornou-se extremamente necessária a criação de novos estabelecimentos, não só para os filhos das famílias mais abastadas, mas, para as populações mais pobres.

De acordo com Lara (2006), a implantação dos Jardins de Infância impulsionou a educação no sentido mais geral, uma vez que proporcionou uma ampliação do ensino público.

[...] mesmo sendo fundamental a implantação dos Jardins de Infância, aos professores devia-se toda a responsabilidade pela obtenção de seu salário. Nessa época, para que o pagamento dos professores acontecesse, era necessário cobrar das famílias um imposto: a taxa escolar. Se não conseguisse o imposto, não havia pagamento. Era de responsabilidade de o professor cativar seus alunos para que freqüentassem a escola sem que os pais se ocupassem. (LARA, 2006, p. 214).

Nos primeiros anos da criação do Jardim de Infância em estudo de acordo com Lara (2006), o governo procurou melhorar as instalações estruturais desse novo estabelecimento e, aumentar o número de vagas, pois

[...] a instrução pública foi proposta na perspectiva de viabilizar os Jardins de Infância e os métodos sugeridos enfatizavam o ensino para essa faixa etária no período. Esses acontecimentos propuseram os caminhos a serem percorridos na outra década. (LARA, 2006, p. 217).

Se do ponto de vista legal, havia uma preocupação do governo em investir no aumento de vagas para atender a grande demanda desse nível de ensino, do ponto de vista moral, o olhar dos governantes sobre a criança e sua infância traduzia os valores vigentes naquele momento histórico, visto que se objetivava uma educação que enfatizasse mais a manutenção da ordem e dos bons costumes do que, propriamente, uma educação que privilegiasse a infância das crianças. Contraditoriamente, esse mesmo órgão elogiava a opção metodológica adotada nesse estabelecimento, a qual se pautava nas brincadeiras como forma de organização pedagógica.

Por vários anos, a proposta froebeliana foi incorporada pelos Jardins de Infância brasileiros. No entanto, no Paraná, nesse mesmo período, ou seja, ainda na primeira década do século XX, outra forma de organização pedagógica foi implantada, por meio do trabalho do Jardim de Infância “Emilia Ericksen”, em especial as práticas ali desenvolvidas que seguiam as premissas da pedagogia montessoriana.

3 O JARDIM DE INFÂNCIA “EMILIA ERICKSEN”: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA MONTESSORIANA DE TRABALHO

De acordo com o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública:

[...] a escola Jardim de Infância continua a prestar relevantes serviços à instrução; e a sua aceitação tem sido tão grande, que se impõe a necessidade de criação de outros estabelecimentos deste gênero em outros pontos da capital e mesmo no estado. (PARANÁ, 1908, p. 6).

Por conta dessas reivindicações, três anos após a inauguração da primeira instituição, iniciou-se a construção do segundo estabelecimento, junto ao Grupo Xavier da Silva, na cidade de Curitiba, conforme Relatório apresentado pelo secretário de Obras, Claudino Rogoberto dos Santos.

Foram abertas as propostas apresentadas para a construção de um jardim de infância, à Rua Silva Jardim, contíguo ao Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva. Apresentaram-se três concorrentes, sendo lavrado contrato com os Srs. Germano Strobel & Filho, por ser a proposta mais vantajosa. O contrato foi assinado em 25 do mesmo mês, devendo estar concluído no prazo de três meses e pela importância de rs. 9:700\$000. (PARANÁ, 1910, p. 60).

Apesar das reivindicações por novas instituições acontecerem entre as famílias mais abastadas, havia, também, o clamor para a abertura de novos estabelecimentos voltados para as crianças das classes menos favorecidas, já que o primeiro Jardim de Infância atendia uma população economicamente privilegiada, por conta da sua localização mais próxima da região central. Em matéria jornalística, o *Diário da Tarde* chamou a atenção para a universalização desse ensino e para a qualidade da formação dos professores que atenderiam essa faixa etária.

[...] os Jardins que na Europa apareceram com o humanismo intento de amparar a infância desvalida, substituindo as mães operárias nas horas que elas se entre-

gam ao trabalho, os jardins em nosso democrático país se aristocratizaram ou pelo menos perderam aquele caráter modesto e prático. São estabelecimentos que fazem exigências superiores aos recursos dos pobres; em suas bancas encontram-se, na maioria ou quase totalidade, crianças de famílias abastadas. (PARANÁ, 1910).

De acordo com a matéria apresentada, diferentemente dos países europeus, aqui no Brasil os Jardins de Infância haviam perdido o seu principal objetivo, que era o de atender as crianças mais necessitadas. De qualquer forma, segundo o texto jornalístico, o estado não tinha como determinar quem deveria frequentar essas instituições, mas deveria criar e manter os estabelecimentos e oferecer-lhes ao público. A imprensa dava destaque à importância da expansão de novas instituições, pois havia, já na época, a valorização desse nível de ensino como relevante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A importância desses estabelecimentos, que o governo estadual em boa hora está multiplicando, ressalta a influência que a educação na primeira infância exerce no indivíduo. É nessa idade que se lhe amolda o cérebro, orienta o caráter, incutem os bons princípios, enfim se lhe imprimem no espírito e no coração traços que perduram indelévelis. Não será exagero dizer que, por mais que o pareça, que os jardins de infância são mais necessários ao ensino público que as próprias escolas de primeiro grau. (PARANÁ, 1910).

Apesar das obras terem se iniciado com dois anos de antecedência, foi somente no ano de 1911 que foi inaugurado essa segunda instituição, também na cidade de Curitiba que recebeu o nome de Jardim de Infância “Emilia Ericksen”. De acordo com o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antonio Xavier, assim que o espaço físico do novo estabelecimento ficasse pronto, o mesmo deveria ser inaugurado, já com a equipe organizada.

O edifício mandado construir o ano passado à rua Silva Jardim, desta Capital, e destinado a outra escola “Jardim de infância”, acaba de ser concluído e deve ser inaugurado no próximo mês de janeiro, tendo já sido nomeado o respectivo corpo docente e administrativo. (PARANÁ, 1910, p. 62).

Para compor a equipe pedagógica dessa instituição, o Presidente do Estado, por meio do Decreto nº 600, determinou que

[...] a normalista d. Joana Falce Scalco, d. Iracema Doria, d. Rosalina Vieira de Castro para exercerem os cargos de diretora da escola Jardim de Infância, recentemente construída à rua Silva Jardim, de professora de piano e pra o cargo de guardiã, na ordem em que se acham os seus nomes colocados (PARANÁ, 1910).

Quanto à organização do trabalho pedagógico dessa nova instituição, a professora Joana Falce Scalco implantou a metodologia montessoriana de trabalho. Por conta disso, Ratacheski (1953) ressalta que esse segundo estabelecimento foi considerado o mais importante desse nível de ensino, justamente por apresentar uma nova perspectiva de trabalho como proposta de ensino na sala de aula. Essa professora foi designada para assumir a direção, pois havia se destacado no curso de professores da Escola Normal e era uma das poucas estudiosas da obra de Maria Montessori.

A professora Joana Falce Scalco, muito jovem ainda, trazendo na alma o desejo incoercível da juventude, que sempre se inclina pelas inovações, mesmo revolucionárias como a de Montessori, empolgou-se com o movimento, levando para o “Emilia Ericksen” todo o seu idealismo e juventude, consagrados ao novo método. Por isso esse jardim é o marco de uma nova era no ensino paranaense. (RATACHESKI, 1953, p. 37).

Pelas afirmações de Ratacheski, percebe-se que a inauguração desse Jardim de Infância destacou-se por implantar essa metodologia, cuja proposta de trabalho priorizava a educação do movimento livre, a auto-atividade, a autodisciplina, materiais didáticos e mobiliário adequado ao tamanho da criança;

[...] após sete anos de educação infantil voltada à proposta educacional de Froebel, tomou-se conhecimento de um outro método: o método montessoriano. Este, diferentemente do primeiro, não aceitava o jogo ou o lúdico como possibilidade de conhecimento. (LARA, 2006, p. 217).

Enquanto, nessa nova proposta de ensino, o brincar não era considerado relevante para o desenvolvimento

das potencialidades infantis, por outro lado, caberia à professora criar um ambiente de oportunidades para que as crianças se concentrassem de modo a garantir a calma e a atitude tranquila. Por esse motivo, na organização do trabalho pedagógico, essa instituição priorizou a educação dos sentidos, a partir dos seguintes pressupostos: organização do conjunto de materiais para o estímulo dessa educação sensorial; educação dos movimentos; formação da mente matemática; e alfabetização, segundo a perspectiva montessoriana de trabalho.

Na perspectiva de Montessori (1965) uma das principais finalidades práticas de seu método era a integração entre educação dos movimentos à vida cotidiana da criança, uma vez que “[...] a necessidade de movimento, nela irresistível, vai aparentemente atenuando-se; é que os poderes inibidores, desenvolvendo-se, harmonizam-se com os impulsos motores, possibilitando a obediência à vontade” (MONTESSORI, 1965, p.79). A criança mais evoluída será aquela cujos impulsos motores forem mais obedientes, ou seja, “[...] quando uma vontade exterior age sobre a sua, ela conseguirá dominar seu impulso” (MONTESSORI, 1965, p. 79).

Assim, a educação dos sentidos constituiu a base do ensino nesse estabelecimento, haja vista que a educação sensorial permite descobrir e corrigir certos defeitos que passam despercebidos em muitas escolas. Montessori (1965) defendeu o pensamento de que, na idade infantil, torna-se mais fácil desenvolver algumas habilidades do que na idade adulta. Por esse motivo, estimular a coordenação e a livre movimentação da criança, por meio de materiais e exercícios diversificados na sala de aula, é condição necessária para a sua educação, considerando que “a educação sensorial deve, pois, ser começada com método desde a tenra idade, e continuada, depois, durante o período de instrução que preparará o indivíduo à vida prática em seu ambiente (MONTESSORI, 1965, p. 101).

No contexto do trabalho educativo, a criança era considerada o centro de todo o processo, uma vez que essa opção metodológica defendia que a “[...] a vita-

lidade das crianças a ser considerada de modo que elas possam exercer sua atividade e aprender a fazer, fazendo. A necessidade do respeito ao ritmo de cada criança e a consideração da personalidade na sua totalidade” (NICOLAU, 2005, p. 14-15).

No que diz respeito à organização do espaço, o Jardim de Infância em questão trabalhava seu ambiente de modo a acolher, sem impedimentos, a atividade espontânea da criança, satisfazendo seu desenvolvimento. Os princípios norteadores tinham como base a liberdade, a atividade, a independência e a individualidade infantil. Sobre essa última questão, o ritmo de cada criança era respeitado, já que cada um apresentava interesses e necessidades próprias. O trabalho das professoras consistia na observação individual das crianças, sobretudo de suas manifestações. Desse modo, seria possível conhecê-las e aprender mais sobre o seu desenvolvimento.

A mestra nada mais deverá fazer que ajudá-la, no início, a orientar-se entre tantas outras coisas diversas e compenetrar-se do seu uso específico; deverá iniciá-la à vida ordenada e ativa no seu próprio ambiente, deixando-a em seguida, livre na escolha e execução do trabalho. (MONTESSORI, 1965, p. 57).

A finalidade de se possibilitar a livre movimentação, em sala de aula, é conduzir a criança, paulatinamente, rumo à independência necessária em um indivíduo adulto, ou seja, rumo à autonomia. Um dos pilares da metodologia montessoriana é o exercício da escolha, ou seja, o desenvolvimento dessa habilidade permite às crianças o desejo de se tornarem independentes. Por isso a importância de um ambiente bem organizado, que ofereça múltiplas oportunidades para que possam optar por uma ou outra atividade.

É importante ressaltar que apesar dessa proposta de trabalho reconhecer a criança como centro do processo educacional, muitas foram as críticas da imprensa local em relação à metodologia adotada, sobretudo pela rigidez da organização das atividades que exigiam o silêncio da criança.

As matérias jornalísticas da época ressaltavam a inviabilidade dessa forma de trabalho, pois entendiam que tal exigência desrespeitava a forma de ser da criança e não valorizar a sua imaginação. Para além dessas questões políticas, é importante ressaltar que, por meio da proposta de trabalho de Montessori (1965), foi possível o delineamento dos princípios fundamentais que nortearam a organização do ambiente e a prática pedagógica dos professores do Jardim de Infância Emília Ericksen.

4 FINALIZANDO...

Os resultados da pesquisa apontam que a criação e implementação dos primeiros Jardins de Infância foram relevantes, já que sinalizaram para a importância da educação da criança desde os primeiros anos de vida. Enquanto a primeira instituição adotou a perspectiva froebeliana de trabalho que considerava a brincadeira como elemento fundamental para a aprendizagem infantil, a segunda ao priorizar a proposta montessoriana não valorizava o brincar, mas soube reconhecer as fases do desenvolvimento infantil e a relevância da intervenção do adulto no sentido de possibilitar à criança desenvolver-se de maneira plena.

O que se buscava, com a criação dessas instituições era uma forma de romper com um modelo de escola que já não atendia mais aos anseios do progresso do estado. Assim, os resultados desse estudo demonstram que os primeiros Jardins de Infância paranaenses apresentaram no seu início, uma particularidade bem definida no que diz respeito ao desenvolvimento da rotina e da organização do trabalho pedagógico junto à criança pequena, afinal, sinalizaram para a construção de uma Pedagogia para a infância, ao optarem pelas metodologias froebeliana e montessoriana de trabalho.

Uma outra questão que se coloca como pertinente nesta pesquisa, diz respeito ao entendimento de que essas primeiras instituições faziam parte do projeto republicano do início do século XX, já que os mesmos

foram pensados e organizados, junto aos grupos escolares, para que atendessem aos objetivos de progresso e modernidade do estado que incluía a preocupação da consciência dominante para o deslocando-se do trabalho humano para o controle moral pela via da educação da criança.

REFERÊNCIAS

FROEBEL, Frederick. **A educação do homem**. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LARA, Ângela M. de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil no Estado do Paraná: 1904-1940. In: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina G. (Org.). **Educação em debate**: perspectiva, abordagens e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.211-239. (Coleção Memória da Educação)

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia Científica**: a descoberta da criança. Tradução de Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Flamboyant, 1965.

NICOLAU, Marieta L. M. A Formação de Maria Montessori. In: ARCE, Alessandra *et al.* **Revista Maria Montessori**: o indivíduo em liberdade, n.3, Rio de Janeiro: Ediouro: São Paulo, Segmento-Duetto, 2005. p.6-15. (Coleção, Memória da Pedagogia).

OLIVEIRA. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PARANÁ. **Decreto nº 93**, de 11 de março de 1901. Dispõe sobre o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1901.

PARANÁ. **Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Carlos Cavalcante pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva** de 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1903.

PARANÁ. **Jornal Diário da Tarde**, Curitiba, 3, fev.1906.

PARANÁ. **Jornal Diário da Tarde**, Curitiba, 18, nov.1909.

PARANÁ. **Jornal Diário da Tarde**, Curitiba, 10, ago. 1910.

PARANÁ. **Relatório de Laurentino de Azambuja**, Delegado Fiscal da 1ª Circunscrição Escolar ao Sr. Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, no ano de 1908. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1908.

RATACHESKI, Alir. **Cem anos de ensino no Paraná**. Câmara de Expansão Econômica do Paraná. 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1853-1953. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1953. p.29-50.

SOUZA, Gisele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. 2004. 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa M. Espaço da Educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval *et al.* **O Legado educacional do século XIX**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.33-70. (Coleção Educação Contemporânea).

Recebido em: 25 de outubro de 2014
Avaliado em: 22 de maio de 2015
Aceito em: 28 de agosto de 2015

1. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Docente do Curso de Pedagogia no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. jaquinedelgado@uol.com.br
2. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Docente do Curso de Pedagogia no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. jaquinedelgado@uol.com.br